



**IX Congresso
Interno da
Fiocruz**
2021

Documento de Referência

Desenvolvimento sustentável com equidade, saúde e democracia: a Fiocruz e os desafios para o SUS e a saúde global.

Aprovado pelo Conselho Deliberativo em
01/10/2021



Ministério da Saúde

FIUCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



APRESENTAÇÃO

A realização do IX Congresso Interno da Fiocruz se dará em meio a um dos períodos mais importantes da história mundial recente e da vida institucional. A pandemia de Covid-19 é o grande marco que inaugura o século 21. Caracterizada como uma sindemia, a interação entre a Covid-19 e uma série de outras doenças e agravos em um contexto de profunda desigualdade social tem gerado danos superiores à coexistência das doenças. Desde a gripe espanhola no início do século XX o mundo não vivia uma ameaça global por doença de tamanha proporção.

A Covid-19 não apenas evidenciou as contradições e a vulnerabilidade do atual modelo de desenvolvimento como contribuiu para aprofundar ainda mais as desigualdades. Durante a pandemia 5,2 milhões de pessoas se tornam milionários (+ 10%, aumento de 4% da riqueza na pandemia); indivíduos com riqueza superior a US\$ 1 milhão aumentaram a participação na riqueza global de 35% para 46% desde 2000 (Credit Suisse). No Brasil, o grupo 1% mais rico da população aumentou sua fatia de participação em 3%, atingindo a impressionante marca de 50% da riqueza. Enquanto isso, observa-se em todo o mundo o aumento da pobreza e da fome. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), só em 2020 estima-se que 115 milhões de pessoas foram empurradas para a situação de pobreza extrema, número que pode crescer a 150 milhões até o fim de 2021. Após décadas de declínio, a desnutrição vem aumentando no mundo desde 2015. Contra um dos objetivos de desenvolvimento sustentável de 2030, a perspectiva de um mundo sem pessoas subnutridas neste período é um grande desafio.

Além disso, no plano sanitário observou-se a dificuldade de implantação de uma ideia de solidariedade e equidade entre os povos para o acesso às vacinas. A proposta da Covax Facility ainda não produziu os efeitos esperados e observa-se grande iniquidade no acesso às vacinas. Até julho de 2021, mais de 3,5 bilhões de vacinas haviam sido distribuídas globalmente. Mas mais de 75% delas foram para apenas dez países, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Em junho de 2021, 1,1 bilhão de doses foram produzidas no mundo; os países africanos receberam 1,4%. Já os países mais pobres do mundo receberam apenas 0,2% das vacinas. Diferente do que se imaginava inicialmente, o mundo não dá sinais de que sairá mais solidário da pandemia.

No Brasil, a emergência sanitária se soma e alimenta um contexto de crise econômica, política, ambiental e humanitária. Além das quase 600 mil vidas perdidas para a Covid-19, o Brasil voltou ao mapa mundial da fome, quase 40% das famílias sofrem de insegurança alimentar, o desemprego atingiu recorde em 2021 e alcançou 14,8 milhões de brasileiros e 34 milhões de pessoas trabalham na informalidade. Problemas ambientais se agravam, com recordes de desmatamento e crise hídrica. O ambiente político é de turbulência entre os poderes e na federação.

Por todo o exposto, o lema proposto para este Congresso é **Desenvolvimento sustentável com equidade, saúde e democracia: a Fiocruz e os desafios para o SUS e a saúde global.**



Desenvolvimento com equidade tenta sintetizar uma perspectiva em que a dignidade humana, a justiça social e a preservação do ambiente estão no centro das preocupações do desenvolvimento. Tal perspectiva é indissociável da democracia que, mais que nunca, precisa ser defendida diante de ameaças de ruptura que não são compatíveis com os anseios da sociedade. A saúde transformou-se num elemento da geopolítica e, portanto, não é possível pensar o desenvolvimento sem um olhar sobre os movimentos que ocorrem globalmente e que interferem sobremaneira no ambiente interno.

O SUS e a Fiocruz demonstraram seu valor para a sociedade durante a epidemia de Covid-19. O reconhecimento público do papel destas duas instituições no enfrentamento da pandemia, juntamente com outras, precisa transcender a conjuntura e passar a incorporar o projeto de reconstrução do país onde a saúde, efetivamente, seja um direito de todos e onde a ciência, a tecnologia e a inovação sejam consideradas bens públicos de máxima relevância.

Apesar do ambiente turbulento, ou justamente em função dele, é necessário olhar para frente e pensar o caminho para um futuro melhor. E para a Fiocruz este caminho passa necessariamente por ciência, saúde e educação.

Que com esse espírito de construção do futuro nos reunamos mais uma vez neste momento especial da democracia institucional e façamos do IX Congresso Interno um espaço de reflexão, debate e construção de compromissos com a população brasileira.

A partir deste momento, as teses e diretrizes propostas pelo Conselho Deliberativo para o IX Congresso devem ganhar todos os espaços da Fiocruz e contar com o olhar e contribuição de todos.

Nísia Trindade Lima
Presidente



SUMÁRIO

1. Metodologia e dinâmica do IX Congresso Interno	1
2. Contexto externo	3
3. Contexto institucional	12
4. Questões estratégicas	19
5. Teses e diretrizes	20



1. METODOLOGIA E DINÂMICA DO IX CONGRESSO INTERNO

O Conselho Deliberativo aprovou as seguintes diretrizes quanto ao seu conteúdo do IX Congresso Interno:

- Ter reforçado o seu caráter político e propositivo, com um olhar voltado para os principais desafios colocados pela conjuntura, que aponta sérias ameaças às políticas de proteção social e ao futuro da ciência, da tecnologia e da inovação e, conseqüentemente, à soberania do país.
- Três temas são centrais nesta perspectiva: a defesa do SUS como um sistema de saúde público universal; a defesa de um sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde e o papel da Fiocruz na construção de um caminho para o desenvolvimento com justiça social.
- A partir dessas três ideias gerais, deve-se identificar as principais questões do plano interno que são cruciais para o desenvolvimento da Fiocruz do futuro.
- Também deve-se reforçar o caráter transversal e integrador dos temas, e não segmentações programáticas que favorecem discussões isoladas. A reflexão programática deve decorrer da análise de questões gerais que norteiam as estratégias da Fiocruz.

Quanto à dinâmica do Congresso, foram aprovadas as seguintes diretrizes pelo Conselho Deliberativo:

- Adoção do modelo de apresentação de teses a partir das principais questões identificadas como críticas para o desenvolvimento institucional e para a construção da Fiocruz do futuro. O documento objeto de deliberação deve estar organizado na forma de teses, sendo todos os demais elementos necessários ou úteis à discussão estarem organizados em documentos separados como termos de referência, textos para discussão ou outros.
- Promover inovações nos mecanismos de participação, o que é largamente favorecido pelas tecnologias de informação e comunicação. Deve-se estimular que todos os trabalhadores se envolvam de alguma maneira em pelo menos alguma fase do processo.
- A utilização de outros instrumentos, como consultas públicas, fóruns virtuais e debates abertos, utilização de ferramentas colaborativas para construção coletiva de textos, entre outros, devem ser estimulados.
- A participação da sociedade civil organizada e do controle social do SUS deve ser garantida.
- Deve-se buscar movimentos que estimulem uma reflexão mais integrada e transversal sobre os problemas e desafios da instituição.
- As diversas etapas do Congresso podem ser construídas coletivamente, sempre a partir do direcionamento da Presidência, da Comissão do Congresso e do Conselho Deliberativo. Tanto documentos de subsídio quanto o documento base podem passar por espaços não formais (fóruns, consultas) antes da apreciação nos espaços formais (assembleias por unidades e plenária).



- Na etapa pré-congresso deve haver debates coletivos relacionados aos desafios. Desta maneira, as contribuições aos documentos de referência não se dariam apenas por unidade, mas a partir de discussões coletivas envolvendo todos os trabalhadores.

- Somente após estarem definidas as teses sobre os vários temas, haveria então eleição dos delegados nas unidades para a participação na plenária. A participação nas etapas anteriores contribui para a preparação daqueles que pretendem se candidatar a delegado, pois algo bastante comum nos congressos recentes é a participação de delegados e deve ser incentivada e facilitada que não acompanharam nada do processo anterior.

- Haverá separação dos documentos que são subsídios para o debate do documento base de apreciação dos delegados.

- A etapa pré-congressual deverá se dar integralmente a partir de atividades em ambientes virtuais. Quanto à plenária, dependerá das condições que se apresentarem no período mais próximo ao Congresso, havendo, portanto, a necessidade de se prospectar soluções tecnológicas que permitam sua realização dentro das limitações impostas pela pandemia.

Este documento reúne as teses e diretrizes aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz que deve ser apreciado pela comunidade Fiocruz em seus diversos espaços, mas, em particular, pelas unidades e pelas câmaras técnicas. Contribuições de coletivos e grupos específicos também são bem-vindas. A Fiocruz também realizará uma audição a segmentos da sociedade com os quais possui interação mais intensa, como sociedades científicas, movimentos da sociedade civil organizada, órgãos de controle social do SUS, órgãos colegiados de gestão do SUS como Conass e Conasems, setor industrial e da educação, entre outros. Desta forma, a Fiocruz busca permear sua estratégia de desenvolvimento nacional às expectativas da sociedade, manifestada a partir destes diferentes segmentos.

No início do mês de novembro, as contribuições de todas as unidades e demais segmentos serão apreciadas pela Comissão Organizadora do IX Congresso e sistematizadas no documento final que irá à plenária nos dias 08, 09 e 10 de dezembro deste ano.

A Comissão Organizadora também programou a realização de quatro seminários, que ocorrerão até a realização da plenária final.

- Desafios do mundo do trabalho e a Fiocruz do futuro.
- Desafios da Saúde e a Fiocruz do futuro
- Desafios da Ciência e a Fiocruz do futuro
- Desafios da mudança climática, ambiente e a Fiocruz do futuro

Os seminários, que serão coordenados pelo Centro de Estudos Estratégicos, além de promover o debate e a reflexão em torno de temas chave para o futuro da Fiocruz, também trarão subsídios para o aprimoramento do documento final.

Ainda não foi definido se a plenária ocorrerá de maneira presencial ou virtual, em função da pandemia de Covid-19. Esta discussão, bem como os critérios e número de delegados estarão em debate na reunião ordinária do Conselho Deliberativo de outubro.

Contamos com a participação de todos e todas nesta construção coletiva do futuro da nossa instituição.

Comissão Organizadora do IX Congresso Interno



2. CONTEXTO EXTERNO

A conjuntura mundial tem vivido, nos últimos anos, importantes crises de dimensões políticas, econômicas, sociais, científico-tecnológicas, ambientais e legais. Do ponto de vista econômico, em 2008/2009, o mundo assistiu a uma grande crise global, com impactos em todas as áreas. Deste período até 2019, observou-se uma evidente desaceleração das principais economias com seus reflexos sentidos no aumento das desigualdades. Em 2020/2021, a sociedade passou a conviver com outra grave crise econômico-social de dimensões humanitárias históricas, impulsionada pela pandemia do coronavírus (Covid-19).

Ao entender a crise sanitária como uma questão geopolítica, devem ser consideradas, fundamentalmente, as estratégias de Estado, de entidades supraestatais (OMS, entre outras) e de grupos econômicos. Portanto, a superação da crise exigirá uma maior coordenação de economias sistemicamente importantes com políticas mais ousadas que reflitam um multilateralismo revigorado. A recuperação pós-pandemia carecerá de equidade e deixará de enfrentar os desafios do nosso tempo se não for enfrentada por uma abordagem multilateral, para garantir o aumento de gastos com infraestrutura e ampliação da proteção social, financiada pela tributação fiscal progressiva.

Um processo de recuperação orientado para uma sociedade menos desigual requer uma cooperação multilateral com políticas ousadas, visando proteger vidas e fornecer meios de subsistência. Políticas de austeridade que comprometem a atuação do Estado na regulação da economia e do emprego, no financiamento e na implementação de políticas públicas redistributivas têm causado desemprego e aumento dos preços dos alimentos, ameaçando a vida das populações vulneráveis, já enfraquecidas financeiramente pela crise sanitária. A recuperação depende de investimento público, combinando políticas universais e estratégias direcionadas às pessoas sistematicamente excluídas por questões econômicas, religiosas, de raça/cor, etnia, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, faixa etária, deficiência e localidade geográfica.

Em tempos de crise sanitária, com vistas a resolver problemas urgentes, as colaborações científico-tecnológicas e produtivas são comuns, produzindo excelentes resultados, e assim parcerias em curso se consolidam e novas são estabelecidas em direção ao desenvolvimento de soluções inovadoras. Diante da pandemia de Covid-19, cientistas e administradores de várias instituições se uniram em diversos tipos de arranjo organizacional para dar respostas à sociedade. Parcerias interinstitucionais envolveram os ambientes acadêmicos, as empresas e a sociedade civil organizada, etc. na busca de soluções para o problema. Assim, destaca-se a relevância das alianças institucionais, nacionais e internacionais, para o enfrentamento desse período pandêmico e pós-pandêmico como um diferencial estratégico de ação.

Os desafios enfrentados pelos países requerem cooperação técnica e política ampla entre as nações, pelo caráter multidimensional da crise e pela transmissão ocorrer intensamente via fronteiras. Os países e organizações estabeleceram colaboração através do intercâmbio de informações e soluções mediante parcerias institucionais e intergovernamentais. Um exemplo de parceria acadêmica internacional é a IAP - Parceria InterAcademia (*InterAcademy Partnership* – IAP) que cria uma comunidade mundial de pesquisa para agir de maneira coletiva e pela ciência aberta para controlar a propagação do vírus da Covid-19.

Conforme a Unesco, a Ciência Aberta se caracteriza como um divisor de águas para a consecução do direito humano à ciência e igualmente o preenchimento das lacunas de



CT&I entre e dentre as nações. A proposta da Unesco é que o mundo alcance uma estrutura internacional para a política e prática de Ciência Aberta. Os usuários terão acesso a publicações científicas, dados de pesquisa, software, código-fonte e hardware que estão disponíveis no domínio público ou sob direitos autorais que foram liberados sob uma licença aberta que permite a reutilização, reaproveitamento, adaptação e redistribuição por outros. Com a Covid-19 a comunidade científica e as sociedades como um todo observaram que precisavam urgentemente do compartilhamento rápido de informações científicas, ou seja, de informações científicas, ou seja, de uma transição rápida para a Ciência Aberta.

No plano geopolítico, observa-se o acirramento da disputa global por hegemonia entre China e EUA. Com relação à União Europeia (UE), constata-se uma disposição de reforçar a união do bloco, com ações de política fiscal e de investimento pós-pandemia, apesar da saída do Reino Unido do bloco.

Outros fenômenos relevantes são os conflitos no Oriente Médio e o agravamento de crises político-econômicas em alguns países da América do Sul, caracterizadas pelo aumento da recessão e do desemprego, fruto de políticas de austeridade e retração da ação do Estado. Em decorrência, há intensificação de migrações, em busca de sobrevivência e de melhores oportunidades de vida. Por outro lado, registram-se importantes movimentos sociais de resistência, como as lutas antirracistas e por equidade de gênero.

Houve uma aceleração da quarta revolução industrial (ex. robótica avançada, inteligência artificial, impressão 3D, entre outras inovações), com ganhos de produtividade das organizações tecnológicas. Os dados das consultorias mostram que as instituições que estão saindo mais fortes dessa crise empregaram nos seus processos de trabalho aumentos significativos de tecnologia avançada, como a inteligência artificial e digitalização. A produtividade nos EUA em 2020, por exemplo, atingiu níveis surpreendentemente positivos, mas com uma das maiores quedas de produção e horas trabalhadas desde a década de 40. Entretanto, foi na Ásia onde houve a maior aceleração da quarta revolução industrial. As organizações de diversos setores econômicos devem, a partir da crise, conduzir digitalmente 80% das suas interações com os usuários, apontam especialistas.

No setor saúde, cresce a expectativa de mudanças como a intensificação de opções de atendimento virtual. Os sistemas de saúde estão se reconfigurando diante de evidências de que não estavam preparados para a crise sanitária. Assim, observam-se estratégias de modernização dos sistemas de saúde, com destaque para a promoção da saúde e investimento em tecnologia, envolvendo o aumento da utilização de telemedicina e saúde virtual. Um desafio importante é como incorporar tais transformações nos sistemas nacionais de saúde como o SUS, buscando fortalecer seu caráter público e universal.

Outro desafio se relaciona às intensas inovações no âmbito da biotecnologia e da “biocomputação”, impulsionadas pelo rápido progresso em biologia molecular, informática e no uso de inteligência artificial. Algumas potencialidades seriam o desenvolvimento de terapias celulares que poderiam corrigir ou mesmo substituir células e tecidos defeituosos e novos tipos de vacinas poderiam ser aplicados a doenças não transmissíveis, incluindo câncer e doença coronariana.

A possibilidade de uma crise climática assumir características próximas da crise da Covid-19, ou seja, com vieses sistêmicos de avanço rápido, e dimensões ampla e global tem preocupado a humanidade. Com isso, diversos países estão investindo em planos de recuperação, para saída da crise pandêmica, associados às políticas ambientais existentes, reconhecendo os benefícios urgentes da sustentabilidade ambiental. Países como China,



Índia, Estados Unidos e a União Europeia estão apostando sobremaneira em tecnologias de baixo carbono e de alternativas que conservem o ecossistema e a biodiversidade.

A crise climática, associada à crise ambiental global está na gênese e assume características de dimensões próximas à crise da Covid-19, com vieses sistêmicos de avanço rápido e dimensões multiescalares e multitemporais, o que está no centro das preocupações da humanidade.

Há hoje diversas mobilizações nas sociedades de todo o mundo no sentido do destaque do tema sustentabilidade e da Agenda 2030. No Fórum Econômico Mundial de 2020, o assunto foi significativamente debatido e considerado como estratégia inteligente do futuro das ações dos Estados. A efetiva implantação dos objetivos, metas e indicadores referenciais da agenda 2030 tem o poder de diminuir as desigualdades sociais. A pandemia fez com que o mundo estagnasse no cumprimento das metas relacionadas à Agenda 2030, ainda que com significativas diferenças entre os países.

A perspectiva de um mundo pós-pandemia tem revelado muitas incertezas. Tem-se observado inúmeros retrocessos conjunturais que sinalizam para um futuro de luta de classes em função das significativas desigualdades sociais em curso. Conforme destacam especialistas, há diversos parâmetros balizadores da construção social pós-pandemia como: a transição ecológica, a dignidade humana, a democracia, entre outros.

O surto de Covid-19 e as respectivas respostas da ciência vem se dando em meio aos fenômenos da infodemia (excesso de informações) e da desinformação, podendo um impactar o outro uma vez que a desinformação vem se expandindo no mesmo ritmo da geração de conteúdo. Nesse contexto, destacam-se relevantes iniciativas, de instituições públicas e privadas, de produção de acervos relacionados à Covid-19, como o desenvolvimento de conteúdos relativos à produção de narrativas de memórias que dizem respeito a experiências vivenciadas na pandemia. Com isso reforçam-se princípios como o “direito à memória, o direito democrático ao acesso do acervo e o direito à construção plural de representações sobre o presente.”

No tocante à economia, a pandemia levou a uma recessão global em 2020, com uma queda média de 3,5% no Produto Interno Bruto (PIB) mundial. O Brasil teve uma performance pior, com uma queda do PIB de 4,1% no mesmo ano. Com cerca de 14,4 milhões de desempregados em agosto de 2021, juntamente com a aceleração da inflação (acumulada em 8,99% até esse mês) tem-se como resultado uma deterioração das condições de vida, aumento da pobreza e da fome, e dificuldades de crescimento da demanda interna.

Pelo fato do Brasil ser altamente dependente do comércio internacional, as pressões inflacionárias de 2021 devem se projetar para 2022, impulsionadas pelo aumento dos preços dos alimentos e pela desvalorização da moeda, conforme indica o FMI. O IBGE divulgou pesquisa da PNAD, em 08/21, no qual ressalta que menos da metade da população em idade para trabalhar está ocupada no país (49,6%) e ainda que a taxa de informalidade está em 40,6% da população ocupada. As previsões de crescimento de PIB para 2021 e 2022 são respectivamente 4,8% e 2%, não obstante os fatores de risco como a crise hídrica, as questões fiscais (ex. pagamento dos precatórios, reforma de IR), a instabilidade política, e a manutenção de altas taxas de transmissão do coronavírus. Ainda que apresente aumento numérico, o crescimento da economia brasileira deve ficar aquém da média mundial e latino-americana em 2021 e 2022, conforme indica o FMI.

Cabe ressaltar as dificuldades impostas por reformas que restringem direitos, como a trabalhista, a liberação da terceirização para atividades-fim, a reforma da previdência e a PEC 55 / EC 95, que impôs limites a gastos futuros na área social. Outras perspectivas de



reformas que impactarão na ampliação das desigualdades estão em curso, como a minirreforma trabalhista, a reforma administrativa e a reforma tributária.

A desigualdade social foi aprofundada com a pandemia, com a ampliação do número de pessoas em situação de extrema pobreza. Os dados mostram que, entre o início de 2019 e o início de 2021, quase 1,2 milhão de pessoas ingressaram na extrema pobreza no Brasil, o que corresponde a um aumento de 9,0%. Dados da Rede Penssan (2020) apontam que cerca de 116,8 milhões de pessoas conviviam com algum grau de insegurança alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome. Na outra ponta social, 42 brasileiros se tornaram bilionários em 2021, segundo anúncio da Forbes, contrastando com o recorde de pessoas que se encontram na extrema pobreza no país. Há ainda outros dados relevantes relacionados à desigualdade como: a dificuldade das mulheres, que são chefes de famílias monoparentais quanto à questão do trabalho e do cuidado aos filhos, sendo mais afetadas as jovens mulheres negras. Além disso, tem crescido a violência contra a mulher, com o aumento do feminicídio. Também é grave a situação dos povos indígenas, duramente atingidos pela pandemia, que se soma à história de violências, de desrespeito aos seus direitos territoriais e demais direitos de cidadania. Outrossim, observa-se o aumento de outros problemas como a intolerância religiosa e de orientação sexual, entre outras formas de discriminação.

Sabe-se que a desigualdade social é histórica e estrutural e vem se agravando ao longo dos últimos anos. A pandemia, que acentuou esse quadro, resultou em redução de ocupação principalmente para os trabalhadores de menor escolaridade que foram substituídos pelos com ensino superior completo. Apesar do aumento da qualificação da força de trabalho nos postos de trabalho, os salários continuam rebaixados.

Os institutos de pesquisa mostram que a inflação tem impactado de forma mais contundente as famílias de baixa renda, entre as quais os itens básicos de consumo têm maior peso no orçamento. No comparativo do 1º trimestre de 2021/2020, os setores econômicos têm apresentado resultados muito díspares como por exemplo a queda do setor de serviços de 0,8%, com reflexos diretos na empregabilidade da população e o crescimento da agropecuária de 5,2%.

Pesquisa recente apresentada pela Oxfam-Brasil (2021), em âmbito nacional, apontou que 84% dos(as) brasileiros(as) concordam com o aumento dos impostos de pessoas mais ricas para financiar políticas sociais no Brasil e 56% com o aumento de impostos para todas as pessoas financiarem as políticas sociais. Apesar de previsto na Constituição e nunca ter sido regulamentado, o imposto sobre grandes fortunas é visto como uma potencial fonte de arrecadação para o país.

No que se refere à relação entre a conjuntura e a questão democrática, cabe destacar as tensões crescentes entre a esfera do mercado e as instituições da democracia. De fato, se antes a democracia era apresentada como um fator positivo para a dinâmica da economia, observa-se atualmente um movimento que coloca a democracia, e os direitos sociais dela decorrentes, como obstáculos ao crescimento econômico.

No campo da Ciência, Tecnologia e Inovação, a realidade é complexa, apesar da existência de uma proposta do MCTI de base para a estratégia nacional de inovação, no momento em consulta pública. Conforme relatório da Unesco (2021), desde a recessão de 2015, tem havido cortes de bolsa, queda do número de patentes e gastos em P&D pelas organizações, que vem trazendo riscos importantes para o futuro do Sistema Nacional de



Ciência e Tecnologia e Inovação (SNCTI), portanto, impactando drasticamente os gastos em ciência, tecnologia e inovação no país e como consequência gerando fuga de cérebros.

O Brasil, segundo o mesmo relatório, ainda possui uma relevante capacidade científica associada a um forte sistema de pós-graduação, que não é absorvida pela indústria, geralmente voltada para o mercado interno e não inovadora (salvo exceções como o setor agrícola). A ciência brasileira respondeu ao enfrentamento de duas emergências sanitárias recentes - a epidemia da Zika e a pandemia da Covid-19 – por meio de intensa produção acadêmica e de parcerias no desenvolvimento e produção de vacinas. Há que se destacar os polos de inovação nas universidades, produtores de startups cumprindo o papel de colaboração entre indústria e academia. Especialistas acreditam na possibilidade de o Brasil vir a ser um país na vanguarda mundial das tecnologias de baixo carbono.

Por outro lado, deve-se lamentar a piora na gestão ambiental, principalmente no que tange aos sistemas de monitoramento e prevenção de acidentes, que não tem conseguido impedir acontecimentos como o do rompimento das barragens de rejeitos de mineração e aumento de desmatamento, manchas de óleo no litoral e incêndios no Pantanal e na Amazônia.

Pode-se constatar que, enquanto o sistema de C&TI brasileiro está enfrentando dificuldades desde 2015, como a redução orçamentária e de bolsas de pesquisa, o mundo desenvolvido está ampliando os investimentos em P&D em função da velocidade de transformação e dos novos desafios.

Cabe destacar, no âmbito da SNCTI, a organização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), como estratégia de divulgação da importância da ciência e tecnologia para a vida das pessoas e para a melhoria da qualidade da educação científica no Brasil. O tema da SNCT 2021 é “A transversalidade da ciência, tecnologia e inovações para o planeta”. A temática visa problematizar as questões que ultrapassam fronteiras, em busca de ações e políticas cooperadas, integradas e convergentes, de modo a debater de forma aprofundada as questões de CT&I vinculadas à educação, à sociedade e aos desafios da sobrevivência e fortalecimento do SNCTI.

No que diz respeito ao SUS, desde a sua instituição pela Constituição de 1988, o sistema nunca teve o financiamento necessário para o cumprimento da garantia do direito universal à saúde, conforme o Art. 196. Tal fato se reflete na ausência de condições estruturais para a garantia da atenção à saúde da população, tendo como foco a determinação social do processo saúde-doença. Somado a isto, os retrocessos nas políticas públicas vivenciados nos últimos anos têm aprofundado as históricas desigualdades sociais do país, impactando sobremaneira a saúde individual e coletiva.

Sabe-se que a maioria dos problemas assistenciais do SUS tem raízes no seu crônico subfinanciamento, sendo o Brasil um dos poucos países do mundo, com sistema público universal, em que o gasto privado é maior do que o público. Constata-se assim que as mudanças de caráter privatista na saúde, inclusive na atenção primária têm obstaculizado a garantia dos princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS. Somado a isto, os efeitos da mercantilização das relações sociais e da precarização das relações de trabalho têm impactado negativamente a qualidade de vida tanto dos trabalhadores da saúde quanto da população assistida.

Na agenda da reforma sanitária brasileira e na Constituição de 1988, a saúde é vista em uma perspectiva ampla. Segundo o conceito ampliado de determinação social da saúde (DSS), o estado de saúde de uma população é influenciado pelas condições de vida, incluindo fatores como alimentação, moradia, saneamento, transporte, meio ambiente,



lazer, entre outros. Tal concepção ampliada é mobilizadora de transformações nas políticas públicas além do SUS, que busquem reverter as desigualdades e a mercantilização da saúde. Conforme Arouca, a reforma sanitária brasileira é um projeto civilizatório, no qual a sociedade deve expressar valores de direito e justiça social.

Um fato que pode agravar sobremaneira a situação econômica, de C&TI e social do país é a redução drástica de investimento público previsto para 2022, que ficou no valor de R\$ 25,7 bilhões, o menor dos últimos 12 anos, representando somente cerca de 0,27% do PIB.

O Estado, ao adotar políticas liberais diante da crise, abandona a sociedade e nada vem fazendo para reduzir os fatores de risco que agravam a saúde do brasileiro e que aumentam a pressão nos sistemas de saúde, como: (i) efeitos de longo prazo do uso de agrotóxicos, (ii) falta de saneamento básico, (iii) poluição do ar, (iv) mudanças no perfil demográfico (expectativa de vida que supera 75 anos), (v) violência, (vi) uso de álcool e de outras drogas, (vii) a volta da dengue, (viii) a queda de vacinação para outras doenças diferentes da covid-19, (ix) a obesidade e a insegurança alimentar.

Destaca-se o fenômeno social da violência, como problema de saúde pública, que cresceu significativamente durante a pandemia em função das medidas de quarenta e demais restrições que desorganizaram as rotinas familiares, ampliando o tensionamento e o estresse. Há ainda grupos - como os moradores de rua, indígenas, entre outros - que vivem em situação de alta vulnerabilidade social, mais expostos à violência estrutural e ao adoecimento. Os serviços públicos das redes de proteção e cuidado têm papel estratégico na prevenção das violências.

Outro problema associado à Covid-19 é a infodemia, descrita como a abundância de informações, muitas erradas, disseminadas deliberadamente para minar a resposta da saúde pública ou promover agendas alternativas de grupos ou indivíduos. Essa é a primeira pandemia na história em que a tecnologia e as mídias sociais estão sendo usadas em grande escala. Se por um lado isso seria importante para manter as pessoas bem-informadas e seguras, por outro essa tecnologia tem ampliado a disseminação de informações falsas, que continua a comprometer globalmente a resposta à pandemia. Segundo a OMS e outras entidades do sistema das Nações Unidas, a má qualidade e a desinformação podem ser prejudiciais à saúde física e mental das pessoas; aumentar a estigmatização; ameaçar ganhos de saúde; e levar à inobservância das medidas de saúde pública, reduzindo assim sua eficácia e colocando em risco a capacidade dos países de conter a pandemia. Além disso, a desinformação estaria polarizando o debate público sobre tópicos relacionados a Covid-19; amplificando o discurso de ódio; aumentando o risco de conflito, violência e violações dos direitos humanos; e ameaçando as perspectivas de longo prazo para o avanço da democracia, dos direitos humanos e da coesão social (WHO, 2020).

A universalidade dos serviços de saúde é uma das bases de um país civilizado. O SUS, não obstante os seus problemas crônicos, como o subfinanciamento, ainda enfrenta o desafio da pandemia da Covid-19. Em 2021 e nos próximos anos, os principais desafios da sociedade relacionados ao sistema de saúde e a pandemia serão: imunização em massa contra o coronavírus, o aumento da demanda de atendimento, reprimida em razão da pandemia, o desfinanciamento da política pública de saúde, por meio da Emenda Constitucional nº 95 e os impactos sociais causados pela pandemia, refletida no aumento do número de pessoas vivendo em condições inadequadas, no surgimento de órfãos e sequelados da Covid-19, além de outros problemas decorrentes da pandemia como os de



saúde mental; são os efeitos de curto e longo prazo à saúde dos que se recuperam da Covid-19.

O Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS) tem significativa importância nacional, não apenas no seu papel de garantir o acesso a insumos para a população e sustentabilidade do SUS, como também na agenda de desenvolvimento nacional. Portanto o CEIS representa as dimensões social e econômica, produzindo impacto no PIB, tendo reflexo na geração de empregos e na competitividade nacional. A pandemia da Covid-19 deixou evidente as deficiências do CEIS principalmente em função da restrição de investimentos nas suas cadeias de valor, que terminam por ameaçar o Sistema Único de Saúde (SUS). Como consequência, a sociedade sentiu o desespero da falta de insumos básicos para atenção como EPIs, oxigênio, ventiladores, insumos para diagnóstico etc. como também a necessidade emergencial de importação de ingredientes farmacêuticos (IFA) para vacina e das próprias vacinas.

O CEIS 4.0, tanto em sua dimensão social como produtiva, procura abordar o CEIS a partir de importantes transformações da saúde, como as mudanças demográficas e epidemiológicas, a 4ª revolução tecnológica, as mudanças climáticas, entre outros, e tem se desenvolvido de maneira muito desigual entre os países, o que pode aprofundar as desigualdades entre países desenvolvidos tecnologicamente, exportadores de tecnologia, e países dependentes, exportadores de *commodities*. Cabe destacar, no âmbito do CEIS 4.0, os necessários reflexos que deverão ocorrer nas políticas públicas em função das transformações recentes na dinâmica global de produção e inovação. Deve-se ressaltar ainda a importância de se incorporar e empregar as tecnologias 4.0 não apenas para aprimorar o CEIS como também para enfrentar de forma efetiva as emergências sanitárias. Outro aspecto importante do CEIS 4.0 é como a geopolítica da inovação em saúde impacta a soberania nacional em saúde.

O CEIS 4.0 tem potencial para ser o motor socioindustrial tecnológico da economia brasileira. É necessário que o Brasil desenvolva urgentemente uma indústria de saúde forte e inovadora alicerçada nas modernas tecnologias 4.0 como inteligência artificial, big data, entre outras, alinhada às demandas do SUS, para que seja possível alcançar uma condição estratégica de maior desenvolvimento e independência.

O mundo está a menos de uma década para cumprir os ODSs da ONU que vencem em 2030. Concomitantemente à resolução dos problemas relacionados à Covid-19, os países desenvolvidos vêm envidando esforços cada vez maiores em combater as mudanças climáticas adotando medidas de redução do carbono. Especialistas afirmam que há relevantes questões de sustentabilidade ambiental a serem tratadas por representarem grandes ameaças à vida na terra, como: adaptação e mitigação às mudanças climáticas, os problemas de poluição e seu impacto na saúde, a proteção dos oceanos, a transição energética e as energias renováveis, um modelo alimentar sustentável, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento urbano e a mobilidade sustentável, o estresse hídrico e a escassez de água, os fenômenos meteorológicos extremos, e excesso de população e a gestão dos resíduos.

Do ponto de vista nacional, nunca se vivenciou tantos e graves problemas ambientais como nos últimos anos, decorrentes principalmente da expansão desenfreada do agronegócio, que inclusive ocupa terras públicas e por vezes possui ligações diretas e indiretas com a grilagem de terras e a expulsão de populações camponesas e indígenas de seus territórios. Como suporte a essa estratégia tem havido alterações nos marcos regulatórios principalmente da área ambiental, mas também de outras áreas da gestão pública, essencialmente dos setores do agronegócio, mineração e geração elétrica.



Outro debate relevante vinculado à sustentabilidade é o quanto o planeta já alcançou os limites de sua resiliência, a partir do qual precisa reduzir o impacto demoeconômico, além do enfrentamento das desigualdades sociais. Segundo autores, para se erradicar o déficit ecológico e não se avançar na direção do ecocídio é preciso adotar soluções como mudar os padrões de produção (economia de baixo carbono e impacto ambiental), revolucionar a produção de alimentos com redução significativa do consumo de produtos animais, adotar o avanço tecnológico sustentável e diminuir o consumo conspícuo entre outras.

Conforme o relatório Luz 2021, o país não avançou de forma significativa em nenhuma das metas dos ODSs da Agenda 2030. Esses resultados foram frutos de escolhas políticas, não obstante a crise da Covid-19. No tocante à saúde é importante mencionar que, com relação ao objetivo número 3, seis de suas 13 metas estão em retrocesso no Brasil. O relatório apontou que (i) a mortalidade materna cresceu 5,6% de janeiro a agosto de 2020 em relação a 2019, (ii) houve aumento da taxa de mortalidade de crianças com menos de um ano e de crianças entre um e quatro anos nesse período, (iii) a vacinação caiu 12% em 2020, sendo o quinto ano de declínio, o que impacta a questão das doenças transmissíveis e (iv) houve redução dos serviços e insumos para saúde sexual e reprodutiva, que também significa retrocesso para a meta de dar acesso universal a esses serviços. Destaca-se que R\$22,8 bilhões do orçamento que deveria ter ido para o SUS em 2020 não foi executado.

Em relação à educação, com a disseminação da Covid-19, o mundo se deparou com uma situação inédita: o fechamento total e concomitante dos sistemas educacionais, impactando milhões de estudantes e trabalhadores. No caso brasileiro, a ausência de políticas públicas que viabilizassem a garantia da qualidade do ensino remoto, nas instituições públicas de educação, ampliou de forma contundente as históricas desigualdades educacionais e as contradições que atravessam a escola pública. Neste contexto, a definição de procedimentos emergenciais e a construção sobre o “novo normal” para a educação pública se tornaram tarefas prioritárias de organismos internacionais e organizações empresariais, intensificando os processos de mercantilização da educação em seus diferentes níveis.

A desigualdade no acesso ao ensino durante a pandemia sublinhou outro elemento significativo que ampliou ainda mais as desigualdades sociais: a falta de acesso universal à internet banda-larga. Apesar da ONU ter declarado em 2011 que o acesso à internet é um direito fundamental, a realidade brasileira está muito distante. Segundo dados da pesquisa TIC Domicílios 2019, realizada pelo Cetic.br/CGIBr, 20 milhões de domicílios no país não possuem acesso à internet (28%). Em moradias das classes A e B, o acesso é quase universal, mas para as classes D e E está abaixo de 50%. Outros dados mostram que um a cada quatro brasileiros não usa a internet, o que produz um “deserto” de 47 milhões de não usuários (26%). Cerca de 58% dos cidadãos acessam a internet apenas pelo celular, que é o dispositivo mais usado pela quase totalidade das pessoas. Esses números demonstram que as populações vulneráveis, além de perder o acesso à educação, foram privadas de outras atividades fundamentais no cotidiano, que parte da população realizou via internet: (i) acesso serviços públicos, inclusive o auxílio emergencial; (ii) transações bancárias; (iii) trabalho remoto; (iv) acesso a notícias e informações relacionadas à saúde; (v) serviços de saúde; (v) comunicação com familiares e amigos; e, (vi) entretenimento. A falta de acesso à internet de qualidade por parte expressiva da população neste período, demonstra como a comunicação e a informação são direitos fundamentais para o exercício da cidadania, e principalmente para exercer os direitos à saúde e à educação.



A Educação em todos os níveis vem experimentando ao longo dos anos diversos retrocessos. Segundo a ANPAE 2020, houve uma mudança na regulação estatal, orientada pela noção de quase-mercado, que se expressa por exemplo em políticas traduzidas pelo contingenciamento dos recursos investidos na educação, na restrição da gestão democrática nas escolas públicas, que, entre outros aspectos, reduz a participação dos sujeitos nos processos decisórios, e a competição como fator de incremento da qualidade educacional, entre outros.

Na educação sustentável, o relatório Luz 2021 aponta um cenário preocupante, em que de 10 metas, sete estão em retrocesso, duas ameaçadas e uma estagnada. Durante a pandemia, ficaram evidentes as dificuldades dos alunos mais carentes de conseguir assistir aula on-line, principalmente para uma população que não tem acesso a internet de qualidade ou nenhum acesso à internet.

Em relação à pós-graduação, o relatório da Unesco - A corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente (2021) - indicou que a redução de bolsas e a queda no investimento em pesquisa e desenvolvimento nas empresas ameaçam o futuro do sistema nacional de ciência e tecnologia e inovação (SNCTI). Especialistas criticam o ataque às pesquisas e à autonomia científica alegando que o problema é que o negacionismo em curso se transformou em uma política de Estado. O estudante pesquisador precisa ser remunerado pelo seu trabalho, sendo a bolsa – cujo valor no país está congelado há anos - um investimento para a sua formação. A pandemia vem evidenciando que a ciência é a resposta, mas essa resposta precisa de tempo, de pessoal altamente qualificado e de financiamento adequado.



3. CONTEXTO INSTITUCIONAL

A trajetória recente da Fiocruz foi marcada por importantes desafios institucionais, incluindo o enfrentamento de emergências e desastres em saúde, como as epidemias de dengue, febre amarela, Zika, Chikungunya, os rompimentos das barragens da Vale, em Mariana e de Brumadinho (MG), o derramamento de petróleo cru no litoral da região Nordeste, entre outras. Mais recentemente, a pandemia de Covid-19 exigiu da instituição uma atuação ativa em diferentes áreas, com a ampliação do setor produtivo, educacional, de serviços, de inovação e de intercessão e diálogo com a sociedade. O contexto tencionou a capacidade institucional e exigiu novas formas de gestão, celeridade no desenvolvimento de soluções e uma agenda estratégica orientada pelos problemas do Sistema Único de Saúde, diante de um quadro de escassez de recursos para o setor, ambiente político conturbado e uma pandemia que colocou à prova ou mesmo colapsou os sistemas de saúde de todo o mundo. Diante deste quadro, a Fiocruz tem reafirmado seu papel estratégico para a sociedade brasileira.

A unidade institucional, a defesa da integralidade na resposta, a capacidade de atuação e a articulação interinstitucional foram os alicerces para que a Fiocruz pudesse avançar em um dos contextos mais desafiadores da sua história.

A sinergia do Sistema Fiocruz foi reforçada pelo debate democrático e gerador de consenso no VIII Congresso Interno (2017), quando foram definidas 11 teses estruturantes. O Conselho Deliberativo da Fiocruz, por sua vez, aprovou por unanimidade e com apreciação das Câmaras Técnicas e instâncias relacionadas, diversas políticas e programas para a direcionalidade e integração institucional (Política de Inovação - 2018; Política de Internacionalização do Ensino - 2017; a Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos - 2018; a Política da Fiocruz para Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência – 2019; Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS) – 2019; Programa Saúde, Ambiente e Sustentabilidade da Fiocruz (FioPROSAS) - 2020; Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz - 2018; Política de Memória Institucional da Fiocruz - 2020; Política de gestão, compartilhamento e abertura de dados para pesquisa - 2020; Política de Divulgação Científica – 2020; Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação 2021/2025 - 2020; Política de Divulgação Científica – 2021).

Destaca-se ainda, o papel da Fiocruz como Escola de Governo na formação para o SUS, o que reforça as pós-graduações *stricto sensu* e *lato sensu* (especializações e residências), a educação técnica em saúde e os cursos de qualificação profissional, visando à educação permanente para o SUS. Nos anos de 2020 e 2021, foi reafirmado o sistema de governança democrática da Fiocruz, com a realização da mais expressiva eleição da história da instituição, com 91,6% de participação, e com as eleições das unidades e nomeação dos dirigentes ocorrendo em conformidade com o estatuto vigente.

Seguiu-se uma trajetória orientada pelo diálogo, escuta interna e com a sociedade. Diante de uma conjuntura difícil, foi reforçado o arco de alianças com estados e municípios, como a cooperação com Conass e Conasems, com o Conselho Nacional de Saúde, com

outras instituições da saúde e da ciência e tecnologia e com o legislativo. O desafio é implementar uma agenda estratégica de C&TI em saúde, convergente com um projeto de desenvolvimento inclusivo e que promova a retomada do crescimento econômico e o bem-estar social.

A Fiocruz atuou de forma estratégica para as ações e políticas governamentais no campo da saúde, alcançando projeção nacional e internacional, com destaque pela capacidade de resposta às crises sanitárias. Nossa atuação nas emergências foi estruturante, com a produção recorde de 64 milhões de doses da vacina de febre amarela para o surto em 2020, o apoio ao enfrentamento do surto de sarampo em Roraima e a pandemia de Covid-19. O desafio se amplia na adoção de modelos preditivos de emergências.

Foi possível avançar na sustentabilidade e estabilidade orçamentária, o que permitiu preservação e avanços institucionais em contexto de restrições, como o fortalecimento dos laboratórios de referência e de vigilância em saúde, e o fomento e indução à inovação com a criação do Programa Inova, cujo modelo deve ser pensado na perspectiva dos próximos anos.

Importante conquista para a produção de insumos estratégicos para a saúde foi a Lei 13.801/2019, que permite à Fiocruz exportar vacinas e outros produtos com amparo legal da sua Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec). Com tal medida, obtida mediante atuação direta da Presidência da Fiocruz junto ao Parlamento, viabiliza-se que a instituição atenda o compromisso com a Organização Mundial da Saúde (OMS) no fornecimento de vacinas. Em perspectiva, associado ao avanço no projeto do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS) em Santa Cruz (RJ), o maior empreendimento em andamento do Governo Federal, a Fundação ampliará o fornecimento de produtos estratégicos para o sistema público de saúde, como vacinas e biofármacos, e atuará como um ator global no campo dos imunobiológicos. O objetivo é ampliar o acesso da população a produtos de alta qualidade, regulando preços, além de garantir a manutenção do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Configura-se, portanto, uma ação de preservação e ampliação das estratégias para redução da vulnerabilidade no Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

A maturidade de 120 anos de existência chegou juntamente com o desafio global da pandemia de Covid-19, uma crise sanitária e humanitária de impactos econômicos, sociais e ambientais que revelou os limites de prontidão dos governos e das instituições. Um contexto marcado por incertezas e desafios para o reequilíbrio da vida em sociedade, quando é preciso afirmar o direito universal à saúde e um modelo de desenvolvimento para o bem-estar social. A Fiocruz, durante a pandemia, demonstrou a capacidade de cumprimento de sua missão institucional de desenvolver CT&I resultando em ações sociais. O enfrentamento das emergências de saúde pública reforçou o compromisso da Fiocruz com as orientações do VIII Congresso Interno: ser uma instituição pública e estratégica de estado para a saúde, voltada para o fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, que coloca sua capacidade de desenvolvimento tecnológico e inovação para a sustentabilidade e a efetividade do SUS, e para os desafios da saúde global.



A Instituição tem se destacado no enfrentamento da pandemia de Covid-19. Na área de diagnóstico, entre as diversas ações pode-se citar: a capacitação de técnicos em saúde de nove países da América Latina no diagnóstico laboratorial do novo coronavírus; a produção de kits diagnóstico e a criação de centrais analíticas e serviços de apoio ao diagnóstico, que atendem mais de 40% da demanda do país; o apoio institucional na compra de insumos para diagnóstico junto aos LACENs; a destacada colaboração com a Anvisa e todo o Sistema de Vigilância Sanitária (SNVS) na avaliação dos imunizantes; o controle de qualidade dos insumos; e a organização da rede de vigilância genômica, que tem permitido a identificação e acompanhamento das variantes do vírus.

A Fiocruz coordenou no Brasil o ensaio clínico 'Solidarity' da OMS referente a medicamentos para a Covid-19 e atua na assistência à saúde, com destaque para a criação do Centro Hospitalar para a pandemia de Covid-19. Além disso, atuou na atenção à saúde das mulheres e crianças com Covid-19 por meio de seu instituto especializado e na Atenção Primária à Saúde, por meio de unidades próprias ou da atuação de seus docentes e residentes em unidades das redes municipais.

Na área de informação, produção e integração de dados sobre a pandemia, destacam-se a criação do Observatório Covid-19, a Rede Covida, o Infogripe e o MonitoraCovid-19, que analisam o contexto de evolução da epidemia. Os números de visitas ao Portal Fiocruz reforçam a confiança nas informações produzidas por nossa instituição: as visitas saltaram de aproximadamente 500 mil acessos, em março 2019, para quase 3 milhões, no mesmo período de 2020 – quando é notificado o primeiro caso de morte por coronavírus no país. O aumento registrado foi de 600%. Com o desenrolar da pandemia e a chegada da vacina, as visitas ao Portal Fiocruz continuaram aumentando, apresentando crescimento de patamar ainda maior em março de 2021, chegando a marca de 3.660.310 acessos. O que representa um aumento de 25% em relação a 2020, e mais de 700% comparado ao período anterior à pandemia.

Nas áreas de comunicação em saúde e divulgação científica, além da intensa atuação de pesquisadores da Fundação junto à mídia, foram produzidas campanhas, materiais informativos, matérias, vídeos, podcasts e programas televisivos, divulgados pelos meios de comunicação da Fiocruz – revistas, Canal Saúde, VideoSaúde – e pelas assessorias de comunicação, voltados a diferentes grupos da sociedade. Destaca-se que a ação de comunicação institucional tem papel importante em oferecer informação qualificada sobre a pandemia com base em evidências científicas, num contexto de incertezas e desinformação da sociedade.

Na pesquisa, cabe ressaltar iniciativas como o Inova resposta rápida à Covid-19, o Inova Geração de Conhecimento em Covid-19 e o esforço do conjunto de pesquisadores e estudantes de pós-graduação em reorientar seus estudos para a compreensão das características do vírus, da doença e da pandemia, nos vários campos de conhecimento em que a Fiocruz atua, da pesquisa básica à social.

Na educação, foram realizadas capacitações e lançados numerosos cursos de qualificação dos profissionais do SUS voltados ao enfrentamento da pandemia, abrangendo manejo



clínico da doença, vacinação, e organização da atenção a populações vulneráveis (idosos, indígenas, pessoas nas prisões).

Outro ponto que merece distinção é o papel desempenhado pelas mulheres na ciência durante esta pandemia, que têm estado à frente de ações de destaque nos vários segmentos relacionados ao enfrentamento da Covid-19, alcançando amplo reconhecimento público.

O programa Unidos Contra a Covid-19 foi criado para apoiar as ações em curso, financiado por um fundo de doações de empresas, institutos, pessoas físicas e poder judiciário. Ressalta-se que Fiocruz demonstrou, durante a pandemia, importante capacidade de captação de recursos privados.

Igualmente importante tem sido o apoio a organizações da sociedade civil em territórios periféricos. A partir do programa, foi realizada uma chamada pública que financiou 147 projetos de organizações populares em todo o país voltados para ações contra a Covid-19, com resultados significativos para populações indígenas, quilombolas, favelas, entre outras, no enfrentamento das desigualdades e no controle da pandemia. Exemplos como o projeto Conexão Saúde em Manguinhos e na Maré, evidenciaram a importância da colaboração direta com a sociedade civil em ações inovadoras no campo da saúde, seguindo os princípios do SUS. Essa atuação evidencia a necessidade de fortalecimento da cooperação social da Fiocruz com base nos novos desafios da sociedade, a partir do contexto pandêmico e da reorganização da dinâmica social.

A produção da vacina contra a Covid-19, fruto de um acordo de encomenda tecnológica com a biofarmacêutica britânica AstraZeneca e a Universidade de Oxford, permitiu avançar na produção nacional do imunizante e significou esperança para a população diante da pandemia, uma conquista que reforça a soberania nacional. Ainda no campo das vacinas, a Fiocruz foi selecionada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como centro para desenvolvimento e produção de vacinas com tecnologia de RNA mensageiro na América Latina.

Ressalta-se a participação da Fiocruz no contexto da Vigilância Sanitária através das ações de controle da qualidade de produtos utilizados no enfrentamento da Pandemia, incluindo as vacinas Covid-19 para atendimento às necessidades do SUS.

A Fiocruz recebeu reconhecimento público da imprensa e do parlamento, como a Lei 14.196/21, que confere o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública para a Fiocruz. A presença da Fiocruz na mídia com notas oficiais e entrevistas de especialistas orientou a sociedade, o que evidenciou a reputação da Fundação como instituição de consistência científica e de resultados no enfrentamento das crises sanitárias.

Diante da epidemia de Covid-19 e da iminência de eventos futuros de toda natureza, é necessário fortalecer o papel da Fiocruz como instituição central do “Preparedness” para emergências em saúde pública no Brasil, consolidando seu papel de inteligência para o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e como ator da saúde global. Neste sentido, destaca-se o controle de endemias, a gestão de saúde nas fronteiras e a integração dos projetos institucionais para o controle de vetores. Nesse contexto de incertezas ainda



marcado pela pandemia, deve-se cuidar da agenda institucional com integração de todas as áreas finalísticas.

A Fiocruz também seguiu ampliando seu papel na cooperação internacional, com participação estratégica na saúde global junto aos fóruns multilaterais. A Fiocruz participa das reuniões de direção da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a pandemia. Em 2020, foi designada como referência da OMS em Covid-19 para as Américas. O desafio no âmbito das relações internacionais da Fiocruz passa pelo fortalecimento do seu papel e definição de uma agenda estratégica da saúde global, o que implica avançar no modelo de internacionalização das ações institucionais de CT&I da Fundação, orientados, em especial, pelas diretrizes da Agenda 2030.

Diante de tantas conquistas e desafios produzidos pela pandemia de Covid-19, observa-se também impacto nas formas de organização do trabalho. O momento nos desafia a repensar as regras de convivência, a saúde do trabalhador, a ressignificação dos espaços e processos, e as perspectivas para o trabalho a distância. Destacam-se, por ocasião da pandemia, os especiais apoios fornecidos aos trabalhadores e alunos pela Fiocruz que foram desde o acolhimento até os auxílios tecnológicos.

Apesar dos inúmeros avanços e do fortalecimento da atuação e da imagem institucional, alguns desafios internos precisam ser enfrentados.

Sem dúvidas o Programa Inova trouxe novas perspectivas para o campo da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico da Fiocruz. Mas a própria pandemia mostrou o quanto o Brasil e a Fiocruz ainda são dependentes das tecnologias desenvolvidas nos países do hemisfério norte. Além disso, o mundo está dependente do continente asiático, notadamente da China e Índia, produtores não só dos insumos, mas de grande parte dos equipamentos essenciais para a assistência. A resposta da Fiocruz no campo da vacina, ainda que exemplar e inovadora, se deu a partir da transferência de tecnologia desenvolvida no Reino Unido. É preciso, portanto, aprofundar a análise das causas da defasagem e perseguir maior capacidade de inovação autóctone.

Também é importante compreender a defasagem interna quando se comparam as exigências do Complexo Econômico e Industrial da Saúde 4.0 (CEIS 4.0), com novas abordagens e ferramentas, como inteligência artificial, *big data*, internet das coisas, robótica, entre outras, e as condições estruturais internas.

Da mesma forma, há uma defasagem quanto ao acompanhamento da transformação digital ocorrida no mundo, para as várias áreas tanto finalísticas quanto administrativas.

O momento é de oportunidade para a atualização do desafio institucional, com foco na transformação digital, na revolução científica e tecnológica em curso, orientados pela preparação da instituição para enfrentar as mudanças no quadro demográfico e epidemiológico, pela preservação e avanço do SUS frente aos desafios atuais e do futuro e pelo fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação a serviço da sociedade brasileira.

No campo da gestão de pessoas, fruto da política de ajuste fiscal, reforma previdenciária e redução do tamanho do Estado, ocorreu no período recente uma perda significativa de



servidores públicos. Aliado a isso, uma série de medidas governamentais (reforma trabalhista, da previdência, lei das terceirizações) e dos órgãos de controle tem prejudicado a capacidade institucional de gerenciar os contratos de terceirização, gerando instabilidade na força de trabalho. Além disso, também persistem na instituição diferenças significativas na forma de gestão de pessoas entre as unidades, o que gera, muitas vezes, competições por migrações internas não coordenadas.

Há de se ressaltar que o contexto é de dilemas importantes para o serviço público, marcado pela reforma administrativa em curso com a PEC 32, que propõe mudanças severas na vida funcional.

O desafio é consolidar a política de gestão de pessoas da Fiocruz e alcançar as competências humanas necessárias ao desenvolvimento institucional, num contexto de transformação das relações de trabalho, baseados no enfrentamento de todas as formas de desrespeito às diversidades e ampliando o conceito de felicidade e promoção de um ambiente saudável na vida institucional. E ainda, reforçar as diretrizes para formação de líderes, com base nos princípios e valores institucionais, associado a um novo modelo de organização orientado por serviços e cadeia de valor para a sociedade.

Com o crescimento das atividades institucionais no decorrer dos anos, apresenta-se um cenário de esgotamento de sua infraestrutura, em diversos segmentos. Muito embora tenha ocorrido ações para enfrentamento da pandemia que tenham dado soluções a problemas históricos no campo da pesquisa, persistem fragilidades tanto de infraestrutura predial quanto dificuldades de gestão, logística e operações, questões essas que impactam o pleno desenvolvimento das áreas finalísticas.

Em que pese o sucesso da política de gestão orçamentária recente, que permitiu à instituição avançar mesmo diante de um cenário de redução de gasto público, é evidente que em um cenário pós-pandemia, não só pelas políticas gerais, mas também pelas características internas, a Fiocruz enfrentará problemas de sustentabilidade. Daí a importância de medidas internas orientadas por esta preocupação, em especial as relacionadas à integração, compartilhamento e coordenação de ações mediante plataformas de gestão.

O desafio está ancorado numa estratégia que reforce o Plano Quadrienal da Fiocruz numa visão prospectiva e integrada dos projetos institucionais (e.g., as sedes das unidades, a infraestrutura da pesquisa e o CIBS), visando o fortalecimento da sua missão, considerando, em especial, formas alternativas de financiamento permeáveis ao desenvolvimento pleno da CT&I em saúde do país e a consolidação do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS). O Plano Diretor da Fiocruz precisa ser atualizado, com base em novas perspectivas sobre espaços, processos e fluxos de trabalho provocados pela pandemia de Covid-19.

Para tanto, tem sido fundamental o reforço da agenda prospectiva para subsidiar um projeto nacional pela Fiocruz como instituição estratégica de Estado, aprimorar os mecanismos de identificação das questões de impacto no debate nacional e internacional



para a construção de uma agenda institucional que contribua para as políticas públicas, articulando os desafios futuros do SUS com a agenda institucional.

Por fim, o aspecto mais central e de caráter estrutural relaciona-se à proposição de uma instituição estratégica de Estado para a saúde e as condições jurídico-institucionais para o exercício de tal papel. Em que pese todo o crescimento e destacado papel dos anos recentes, a Fiocruz tem vivido momentos de risco à sua integralidade, à sua sustentabilidade e à manutenção do seu modelo de governança participativa, superados graças à capacidade institucional de atuar em rede e à capacidade de resposta. Por isso, torna-se imperativo que a Fiocruz alcance um estatuto que lhe assegure a estabilidade, a autonomia político-administrativa e a sustentabilidade diante dos desafios do desenvolvimento institucional, considerando os limites dos modelos propostos em perspectiva para o funcionamento da administração pública.



4. QUESTÕES ESTRATÉGICAS

A análise dos ambientes externo e interno, seu contexto e tendências permitem identificar questões-chave para a atuação da Fiocruz em conformidade com sua missão e para o seu desenvolvimento institucional. Estas questões orientam o olhar para o futuro e a ação no presente. As questões elencadas a seguir orientam a formulação das teses que estarão em apreciação neste IX Congresso Interno.

1. Como contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, reforçando o elo integrador e indissociável entre CT&I e sistemas públicos e universais de saúde?
2. Entendendo que a saúde se transformou em um elemento importante da geopolítica, qual seria a estratégia de atuação internacional para os próximos anos?
3. Considerando o papel de Instituição pública e estratégica de Estado e a sua missão institucional, como a Fiocruz pode reorganizar seu sistema de CT&I para ampliar sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável e com equidade, por meio da geração de conhecimento, inovação e disponibilização de novos produtos e serviços à sociedade?
4. Em que sentido deve se dar a atualização da agenda científica de futuro da Fiocruz, alinhada aos desafios da sociedade e às novas formas de produção da ciência?
5. Que mudanças precisam ser introduzidas na infraestrutura e nos processos de trabalho para adaptar a Fiocruz à nova realidade do CEIS 4.0 e da revolução científica e tecnológica em curso?
6. Como potencializar a atuação da Fiocruz no combate às desigualdades sociais?
7. Como a Fiocruz poderá enfrentar os desafios relacionados às mudanças no mundo do trabalho para atender a sua missão institucional e garantir resultados positivos para a sociedade e melhores condições de trabalho para os trabalhadores da saúde?
8. Que estratégias adotar para que se alcance maior autonomia, estabilidade e sustentabilidade institucional?



5. TESES E DIRETRIZES

TESE 1. A Fiocruz, como instituição pública de saúde que alcançou os mais elevados patamares de reconhecimento nacional e internacional, deve mobilizar todo o seu capital social para um amplo movimento de defesa do SUS, ao mesmo tempo em que amplia sua capacidade de oferecer soluções científicas, tecnológicas, educacionais e comunicacionais que contribuam para o fortalecimento de áreas estratégicas do sistema de saúde.

QUESTÃO: Como contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, reforçando o elo integrador e indissociável entre CT&I e sistemas públicos e universais de saúde?

DIRETRIZES

1. Desenhar e implementar uma agenda integrada com os órgãos colegiados de controle social (Conselho Nacional de Saúde e conselhos estaduais e municipais), de gestão do SUS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde e Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, bem como conselhos estaduais e municipais), com associações e organizações de saúde pública e de CT&I, com o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), e outras instituições para o fortalecimento do SUS.
2. Ampliar a atuação da instituição junto aos movimentos sociais na defesa, em especial movimentos populares, estudantis e sindicais, intransigente do SUS.
3. Fortalecer as estratégias de atuação no legislativo, buscando apresentar e defender projetos que tenham como objetivo a consolidação do SUS e atuar de modo crítico quanto aos projetos em tramitação que vão de encontro às políticas de proteção social.
4. Estruturar mecanismos institucionais organizados e coordenados de observação permanente de políticas de saúde, na perspectiva avaliar seus impactos para o SUS e a população brasileira, de denunciar retrocessos e propor alternativas.
5. Desenvolver uma estratégia de comunicação social mais assertiva de defesa do Sistema Único de Saúde, com amplo alcance popular.
6. Definir e fomentar agenda prioritária da Fiocruz do Futuro voltada para a participação integrada da instituição no desenvolvimento da CT&I para o SUS, a partir do monitoramento permanente do conhecimento e da produção em saúde vinculadas à evolução do quadro epidemiológico, demográfico, ambiental e das demandas e necessidades da sociedade.
7. Ampliar o papel da Fiocruz na oferta educacional pública, em sinergia às necessidades do SUS, articulando as diversas iniciativas da instituição, fortalecendo as parcerias com as redes públicas de ensino e pesquisa e explorando modalidades inovadoras para melhor atender às demandas do sistema de saúde.
8. Fortalecer a atenção de referência prestada pela Fiocruz nas áreas da saúde da mulher, da criança e do adolescente, nas doenças infecciosas e na atenção básica em saúde, aliando elevado padrão técnico-científico e capacidade de produzir inovação e desenvolver padrões de referência a serem incorporados aos demais



serviços do sistema de saúde, inclusive na formulação de políticas para essas áreas.

9. Fortalecer a divulgação científica, informação e comunicação em saúde como áreas finalísticas estratégicas para o SUS e o exercício da cidadania, para ampliar o diálogo com a sociedade e a circulação do conhecimento, e contribuir para o fortalecimento da participação do controle social nas definições dos rumos, das políticas e diretrizes do SUS.
10. Fortalecer o papel da Fiocruz como instituição de preparação (*preparedness*) para emergências de saúde pública em apoio ao sistema de vigilância nacional, colocando sua capacidade de formação de profissionais, de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação para a sustentabilidade e a efetividade do SUS e da saúde global, como o controle de endemias, a vigilância genômica e a saúde nas fronteiras.
11. Ampliar a capacidade de promoção, recuperação da saúde e prevenção de doenças, atuando como referência nacional para as questões científicas e tecnológicas relativas ao controle da qualidade de produtos, ambientes e serviços vinculados ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS).

TESE 2. A Fiocruz enquanto ator global estratégico de Estado em saúde deve ter um posicionamento geopolítico de apoio ao desenvolvimento de estratégias de Estado, e de cooperação técnica com redes globais de saúde e com entidades supraestatais, com vistas ao enfrentamento de políticas e ações sanitárias mundiais anticíclicas, e a incorporação e o compartilhamento de inovações científico-tecnológicas de alto nível em saúde, dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável e da cooperação solidária para reduzir assimetrias globais e dar sentido nacional e institucional para a implementação da agenda 2030.

QUESTÃO: Entendendo que a saúde se transformou em um elemento importante da geopolítica, qual seria a estratégia de atuação internacional para os próximos anos?

DIRETRIZES

1. Promover uma atualização estratégica das atividades de C&T da Fiocruz permitindo a ampliação de sua atuação internacional através de projetos conjuntos e presença significativa nos processos de desenvolvimento para que exista a necessária autonomia científica e tecnológica que permita redução da dependência atual da importação de produtos e conhecimentos de instituições estrangeiras.
2. Implantar uma política institucional de internacionalização de C&T da Fiocruz que favoreça a inserção das suas atividades de inovação em ambientes de densidade científica e tecnológica, induzindo maior avanço da ciência em nossa instituição, assim como o desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias e produtos de interesse do SUS, do setor acadêmico e das áreas estratégicas da ciência e tecnologia.
3. Promover ações mais assertivas de inserção internacional, como a constituição de laboratórios, centros, escritórios com instituições científicas e tecnológicas



- estrangeiras ou representações em instalações físicas próprias no exterior, especialmente nos centros tecnológicos mais pujantes no século XXI.
4. Avançar para a inserção como um ator global em vacinas, mediante expansão da oferta de vacinas para a América Latina e África, atuando como um hub de desenvolvimento e produção.
 5. Empreender um vigoroso programa de formação, qualificação e alocação temporária de recursos humanos no exterior, tanto para o desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos quanto para a formação em áreas estratégicas.
 6. Impulsionar ações de fomento a programas de cooperação bilaterais ou multilaterais, visando a prospecção de novas parcerias entre Fiocruz e outras instituições de pesquisa e ensino, bem como órgãos de governo, além de consolidação de parcerias já existentes, por meio de propostas de pesquisa integradas e colaborativas, em temas de interesse estratégico para a Instituição.
 7. Consolidar parcerias institucionais internacionais nas áreas da educação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico para o fortalecimento de sistemas públicos de saúde e de C&T na América Latina e África.
 8. Reforçar o papel da Fiocruz na diplomacia da saúde, com ênfase na cooperação estruturante e atuação em rede, guiada pelos princípios da solidariedade internacional e da equidade, de modo a reduzir as assimetrias globais em saúde.
 9. Reforçar o papel da Fiocruz na liderança nacional e regional na concepção e implementação dos objetivos da Agenda 2030, tendo como sua marca principal “não deixar ninguém para trás”.
 10. Planejar ações integradas dos Centros Colaboradores Opas/OMS com as áreas da Fiocruz para estabelecimento de uma agenda estratégica no âmbito da saúde global.
 11. Fortalecer a articulação da Fiocruz com instituições internacionais que promovam a Ciência Aberta, como um conjunto de estratégias colaborativas de desenvolvimento da ciência e de livre circulação da informação científica.

TESE 3. A Fiocruz é capaz de se reconfigurar para ampliar seu potencial de gerar novos conhecimentos, serviços e produtos para a sociedade mediante prospecção, investimentos em áreas-chave e, principalmente, pelo fortalecimento de sua capacidade de articular os diferentes componentes da cadeia de inovação da própria instituição e de promover ações de educação, divulgação científica, informação e comunicação como fatores decisivos para um padrão de desenvolvimento sustentável e comprometido com o SUS.

QUESTÃO: Considerando o papel de Instituição pública e estratégica de Estado e a sua missão institucional, como a Fiocruz pode reorganizar seu sistema de CT&I para ampliar sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável e com equidade, por meio da geração de conhecimento, inovação e disponibilização de novos produtos e serviços à sociedade?

DIRETRIZES



1. Fortalecer, nas políticas de indução à geração de conhecimento e inovação da instituição, mecanismos que estimulem a elaboração de projetos interdisciplinares de abordagem a problemas de saúde pública, conjugando diferentes abordagens para um mesmo problema (ciências biomédicas, saúde coletiva, ciências sociais e humanas, pesquisa clínica, de maneira integrada).
2. Reforçar e avançar na visão de futuro do Programa Inova para crescentemente incorporar o ciclo todo da cadeia de inovação, orientado por desafios e demandas da sociedade e necessidades do SUS, abrangendo as áreas críticas do conhecimento, desde as inovações sociais até as inovações características da revolução tecnológica em curso.
3. Orientar a agenda de indução à inovação tecnológica a partir do portfólio prospectivo das unidades tecnológicas e de produção da Fiocruz, incentivando o potencial produtivo das diferentes unidades institucionais, de modo a ampliar a potencialidade de incorporação de produtos desenvolvidos internamente ao portfólio industrial destas unidades.
4. Ampliar, articular e integrar a oferta educacional da Fiocruz, de modo a contribuir para os processos de produção dos novos serviços e produtos para o SUS e a sociedade.
5. Fortalecer a infraestrutura de pesquisa e priorizar recursos para projetos que permitam a entrada do Brasil na revolução científica e tecnológica em curso (inteligência artificial, trabalho com grandes bases de dados, conhecimentos de fronteira em genética, impressão 3D, nanotecnologia, novas infraestruturas e plataformas requeridas às ciências sociais e à saúde coletiva), abarcando as áreas biomédicas, as pesquisas em sistemas de saúde, ciências humanas e sociais, as tecnologias de informação e comunicação e o uso sustentável da biodiversidade.
6. Valorizar o estabelecimento de ambientes de inovação e empreendedorismo em saúde na Fiocruz, com a lógica de aceleração e incubação de empresas: ideação, pré-aceleração, aceleração e incubação, promovendo a integração com a sociedade para soluções em saúde.
7. Dar continuidade à política de valorização de ambientes de inovação, avançando para a criação de Hubs de Inovação com startups, spinoffs etc.
8. Fortalecer e modernizar as coleções biológicas, biobancos e o Centro de Recursos Biológicos (CRB), assim como o modelo, a infraestrutura e os processos de criação e experimentação animal e métodos alternativos, em apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico e em suporte à entrada do país na revolução científica e tecnológica em curso.
9. Implementar políticas institucionais comprometidas com a Ciência Aberta, com a promoção de estratégias colaborativas de produção científica e de livre circulação da informação, fortalecendo o posicionamento da Fundação em defesa de condições simétricas nas relações com grupos editoriais, instituições e grupos de pesquisa de países mais desenvolvidos.
10. Intensificar a integração entre os programas de pós-graduação stricto sensu, estabelecendo eixos e disciplinas compartilhadas entre diversos programas relacionados a temas estratégicos.



11. Fortalecer e ampliar o campo da divulgação científica, implementando e monitorando a Política de Divulgação Científica, de forma a facilitar a apropriação do conhecimento científico pela população, promover a aproximação da ciência às necessidades da sociedade e atuar no combate a desinformação científica
12. Fortalecer as ações relacionadas à Vigilância Sanitária de forma a acompanhar o avanço tecnológico e buscar estratégias inovadoras no âmbito da avaliação de risco de produtos de interesse para a saúde.
13. Fortalecer práticas que aproximem a dimensão cultural da ciência e a memória do sistema de inovação da Fiocruz, como componentes de sua concepção e dinâmicas política, econômica e social.
14. Fortalecer a preservação e acesso físico e digital aos acervos científicos e culturais como ações integradoras e estratégicas para informação, educação, produção científica e transformação digital.

TESE 4. A Fiocruz deve priorizar uma agenda científica estratégica alinhada aos desafios da sociedade e do Sistema Único de Saúde e baseada em redes e plataformas sustentados por moderna infraestrutura, tecnologias e modelos inovadores de produção e gestão da ciência e do conhecimento.

QUESTÃO: Em que sentido deve se dar a atualização da agenda científica de futuro da Fiocruz, alinhada aos desafios da sociedade e às novas formas de produção da ciência?

DIRETRIZES

1. Avançar na atualização da agenda de pesquisa de futuro da Fiocruz tendo por base os desafios contemporâneos globais da saúde, que incluem aqueles advindos de uma expectativa de vida mais longa e suas patologias crônico-degenerativas associadas - câncer, problemas metabólicos, neurológicos, saúde mental, e cardiovasculares -, globalização e suas consequências dos problemas ambientais, surgimento de novos vírus, bactérias, parasitas ou epidemias e resistência de patógenos para drogas, transformações sociodemográficas, epidemiológicas e nos sistemas de saúde, além, no caso do Brasil, dos problemas relacionados às desigualdades sociais e à violência.
2. Avançar na atualização da agenda de pesquisa de futuro da Fiocruz tendo por base as características da revolução tecnológica em curso, que inclui inteligência artificial, trabalho com grandes bases de dados, biomatemática, conhecimentos de fronteira em genética, impressão 3D, nanotecnologia, microfluídica, biomodelos, entre outros.
3. Introduzir novas abordagens pedagógicas no âmbito das ciências biomédicas, humanas, sociais e em saúde coletiva para incorporar os desafios e as oportunidades das novas plataformas de conhecimento advindas da revolução científica e tecnológica em curso promovendo inovação.
4. Aprimorar as metodologias de ensino-aprendizagem no campo das ciências naturais, humanas e sociais, com ênfase na saúde coletiva, promovendo



estratégias de incorporação das contribuições e oportunidades advindas do desenvolvimento científico e tecnológico em curso, compatíveis com a perspectiva das correntes pedagógicas críticas

5. Promover a criação de plataformas virtuais de colaboração científica, integrando instituições, pesquisadores, gestores.
6. Ampliar as ações que envolvem o futuro do SUS, com a inclusão de tecnologias inovadoras, que modernizem, estruturem e agilizem a prestação de serviços, principalmente do acesso a novas plataformas de educação, informação e comunicação, e a aproximação com diferentes grupos sociais.
7. Promover a disponibilização de conhecimento e soluções tecnológicas que possibilitem o processamento integrado de informações geradas pelas políticas públicas de forma que múltiplas camadas transdisciplinares e intersetoriais possam ser examinadas a partir de problemas de ordem global, regional nacional, subnacional, local e territorial.

TESE 5. A Fiocruz deve se preparar imediatamente para enfrentar os novos desafios que incorporam as tecnologias do novo paradigma para pesquisa, educação, comunicação e informação, indústria e os serviços (como a inteligência artificial, a digitalização em larga escala e a fusão entre as tecnologias de informação e de base biológica), promovendo as necessárias adaptações e promoção de um padrão tecnológico para dar sustentação ao SUS frente às transformações econômicas, sociais e da CT&I em curso.

QUESTÃO: Que mudanças precisam ser introduzidas na infraestrutura e nos processos de trabalho para adaptar a Fiocruz à nova realidade do CEIS 4.0 e da revolução científica e tecnológica em curso?

DIRETRIZES

1. Fortalecer e ampliar o papel da Fiocruz na formulação de políticas públicas e de atividades de prospecção no âmbito do CEIS no atual contexto de Revolução Tecnológica, preparando o País para a enfrentar os novos desafios que incorporam, com força, as tecnologias do novo paradigma para a indústria e os serviços
2. Promover a interação com o setor produtivo-industrial do CEIS para realização de parcerias em projetos de inovação e produção, visando orientá-los para as necessidades do SUS e para a possibilidade de implementar uma política de saúde universal e soberana.
3. Implementar projetos estratégicos na produção de vacinas e biofármacos e a retomada da pesquisa e da inovação na farmoquímica, em parceria com instituições e empresas que invistam no Brasil para reduzir a vulnerabilidade do SUS.
4. Conceber e implementar ações para que a área de serviços assistenciais de referência e de qualidade em saúde da Fiocruz sejam inseridos como componentes estratégicos do CEIS, considerando que é nos serviços que se realiza o acesso e parte essencial da cadeia de pesquisa e de inovação em saúde.



5. Fortalecer a pesquisa e a inovação e os serviços tecnológicos especializados (plataformas tecnológicas) para atividades voltadas à PD&I, em áreas, temas, tecnologias e produtos que fortaleçam o CEIS para o atendimento das necessidades do SUS.
6. Identificar as principais lacunas de atualização tecnológica na pesquisa, na educação, nas atividades de informação e comunicação, nos serviços e na produção e elaborar um plano de modernização baseado nos principais requisitos do novo paradigma tecnológico.
7. Estruturar um ambiente de prospectiva em CT&I em Saúde que fortaleça a capacidade de enfrentamento de problemas nacionais e globais de saúde, considerando emergência, distribuição e modificação de agravos à saúde, em especial aquelas associadas à pobreza e a doenças negligenciadas.
8. Promover estratégias que ampliem a capacidade tecnológica da Fiocruz para desenvolver projetos e implementar políticas (acesso aberto, ciência aberta, dados abertos, preservação e acesso digital, memória e comunicação) que necessitam de grande capacidade de armazenamento de dados.
9. Identificar necessidades de formação relativas à atualização tecnológica na pesquisa, nos serviços e na produção e promover estratégias para promover os projetos e ações educativas necessárias, assim como as condições para a sua realização.
10. Incentivar e fortalecer projetos colaborativos na Fiocruz que ampliem a capacidade de processamento de dados (big data), produção de indicadores e análises que deem subsídios para os processos de tomada de decisão e de formulação de políticas públicas por gestores do SUS, parlamentos e governos.
11. Prospectar e construir estratégias de atuação da Fiocruz no âmbito da Saúde Digital.
12. Promover a adequação das diferentes áreas da Fiocruz à Lei de Acesso à Informação e à Lei Geral de Produção de Dados (LGPD).

TESE 6. A Fiocruz deve contribuir ativamente para a formulação de políticas públicas equitativas a partir da produção de evidências sobre as desigualdades em saúde, na ciência e na educação e seus processos de determinação social, ao mesmo tempo em que deve organizar a distribuição de seus serviços e produtos em consonância com o princípio da equidade, com especial atenção às populações vulnerabilizadas e ao enfrentamento de toda e qualquer forma de discriminação.

QUESTÃO: Como potencializar a atuação da Fiocruz no combate às desigualdades sociais?

DIRETRIZES

1. Desenvolver o observatório integrado de iniquidades em saúde, de forma a reunir informações sistematizadas quanto às diversas formas de desigualdades injustas na saúde e subsidiar a formulação de políticas públicas pautadas pelo seu enfrentamento e superação.



2. Fortalecer a inserção e o caráter nacional da Fiocruz em todos os programas da instituição, articulando a visão nacional com a redução das desigualdades regionais, mediante parcerias institucionais nos contextos locais, regionais, nacionais e globais.
3. Estabelecer, nos vários âmbitos de atuação institucional, ações afirmativas e de respeito às diversidades para populações vulnerabilizadas por práticas excludentes e preconceituosas, caracterizando uma atuação de enfrentamento ativo do racismo estrutural e todas as formas de intolerância e discriminação decorrentes de diferenças sociais, geracionais, raciais, étnicas, religiosas, de gênero, de orientação sexual, de deficiências, patologias e síndromes raras.
4. Desenvolver ações e apoiar os territórios vulneráveis para as ações de atenção, promoção, ambiente, e comunicação contribuindo para a superação das condições de violência, exclusão social e econômica, e desigualdades na comunicação e acesso à informação (internet, por exemplo), contribuindo com a estruturação de territórios sustentáveis e saudáveis.
5. Expandir estratégias de inclusão social nas áreas de educação e pesquisa, especialmente de jovens em situação de maior vulnerabilidade social, por meio de ações afirmativas e de promoção de acessibilidade, de incentivo e de apoio à permanência e continuidade na formação e carreira científica.
6. Fortalecer a perspectiva dos direitos humanos nas atividades acadêmicas e na formulação de políticas públicas, de forma a assegurar que princípios como igualdade e não discriminação, transparência e direito à participação da sociedade orientem as abordagens e se contraponham às medidas regressivas em curso e potenciais.
7. Ampliar as ações de educação, de informação e comunicação e de divulgação científica em articulação com territórios e grupos em situação de vulnerabilidade social.
8. Fortalecer o Comitê Pró-equidade de Gênero e Raça e o Comitê pela Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência como coletivos mobilizadores e fomentadores das políticas institucionais inclusivas.
9. Fortalecer ações relacionadas à conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.
10. Expandir a agenda jovem Fiocruz, com atenção especial às ações capazes de gerar empregos para a população em situação de vulnerabilidade social.
11. Promover na Fiocruz uma agenda de ciência, arte e cultura que funcione como polo catalisador do encontro de diferentes campos do saber e integre as iniciativas em curso.
12. Ampliar as ações de interiorização da divulgação científica e cultura como forma de dialogar com diferentes territórios, respeitando os saberes locais.



TESE 7. A Fiocruz deve, orientada pelo princípio do trabalho digno, decente e justo, se preparar para lidar com as transformações contemporâneas, aliando condições dignas de trabalho, preservação dos direitos, respeito às diversidades, novas formas de organização do trabalho, redução das desigualdades e o bem-estar coletivo e individual.

QUESTÃO: Como a Fiocruz poderá enfrentar os desafios relacionados às mudanças no mundo do trabalho para atender a sua missão institucional e garantir resultados positivos para a sociedade e melhores condições de trabalho para os trabalhadores da saúde?

DIRETRIZES

1. Desenvolver um ambiente que dê oportunidades para que as pessoas tenham um trabalho criativo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana.
2. Defender a renovação e a sustentabilidade institucional, por meio da recomposição do quadro de servidores, do fortalecimento do plano de cargos e carreiras da Fiocruz, da recomposição salarial e da introdução de novos modelos de gestão de pessoas e do trabalho.
3. Ampliar a participação efetiva dos trabalhadores nos processos de trabalho com o fortalecimento do seu papel nas tomadas de decisão e na formulação de políticas institucionais.
4. Fomentar a transformação digital no mundo do trabalho, incorporando tecnologias digitais ao processo de trabalho, incluindo modalidades suportadas por essas tecnologias, como o teletrabalho e home office, de forma a integrá-los com o trabalho presencial sem eliminar os espaços de convívio social, e considerando as desigualdades no acesso digital.
5. Aprimorar as condições materiais para o desenvolvimento do trabalho na Fiocruz, promovendo a infraestrutura e o aporte de recursos necessários para a preservação da saúde dos trabalhadores e o fortalecimento das trocas intersubjetivas, do convívio social, do trabalho coletivo e da identidade institucional entre os trabalhadores da Fiocruz.
6. Promover a cultura do respeito às diferenças através de políticas e programas inclusivos e equitativos, combatendo todas as formas de intolerância e discriminação decorrentes de diferenças sociais, raciais, étnicas, religiosas, geracionais, de gênero e de orientação sexual.
7. Promover a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência, mediante adaptação e adequação de recursos e tecnologias, implantação de políticas inclusivas e atendimento e acompanhamento de trabalhadores, estudantes e usuários de nossos serviços para que tenham pleno direito à acessibilidade.
8. Desenvolver estratégias de formação de novos líderes e sucessores fortemente comprometidos com os valores, ideais e compromissos da Fiocruz enquanto instituição de C,T&I em saúde e estratégica para o SUS, em consonância com as melhores práticas de gestão pública e ênfase nos melhores resultados para a sociedade.
9. Proporcionar o desenvolvimento dos servidores com a introdução de conhecimentos e de métodos científicos e inovadores de forma a conciliar os objetivos individuais e o alcance dos resultados institucionais.



10. Fortalecer o Programa Fiocruz Saudável e promover a saúde do trabalhador, a partir da incorporação de seus princípios aos processos de trabalho e projetos institucionais e do fortalecimento da capacidade de alcance dos serviços voltados a este fim a todos os trabalhadores independente de seus vínculos e considerando a sua diversidade.
11. Desenvolver estratégias para difusão dos valores, ideais e compromissos da Fiocruz enquanto instituição de C,T&I em saúde e estratégica para o SUS, para todos os trabalhadores da Fiocruz.
12. Desenvolver a cultura de justiça organizacional, tornando as relações e as condições de trabalho simétricas entre e intra unidades.
13. Desenvolver estratégias de gestão da mudança geracional, com foco no compartilhamento do conhecimento e na preservação de vínculos institucionais dos profissionais aposentados.

TESE 8. A Fiocruz precisa inovar seu modelo de gestão, com valorização da estabilidade e da sustentabilidade institucional ao mesmo tempo em que prepara as bases para mudanças de caráter mais estrutural que assegurem mais estabilidade e solidez legal ao seu estatuto e seu modelo de gestão democrática em um contexto mais favorável.

QUESTÃO: Que estratégias adotar para que se alcance maior autonomia, estabilidade e sustentabilidade institucional?

DIRETRIZES

1. Assentar as bases para, em um contexto favorável, alcançar mudanças legislativas que permitam maior estabilidade ao estatuto da Fiocruz e ao modelo de gestão participativa nele estabelecido.
2. Seguir na busca por um estatuto diferenciado para captação e gestão de pessoal, à luz do que ocorre nas universidades, nas quais se define um quadro de pessoal que preveja a força de trabalho necessária ao cumprimento de sua missão institucional, seja dada autonomia à instituição para realizar concursos públicos de reposição de cargos em decorrência de vacâncias e em substituição a contratos e outros vínculos precários.
3. Estruturar o Plano Diretor de Infraestrutura, a ser consolidado a partir de diagnósticos sistêmicos distintos observando cada área de atuação, incorporando demandas institucionais atuais e prospecções de futuro. O Plano Diretor de Infraestrutura deve valorizar a adoção de tecnologias de vanguarda, plataformas integradas, matrizes de trabalho atualizadas e saudáveis, uso de soluções sustentáveis, onde, tais fatores constituam-se como a base para a ampliação da capacidade produtiva e de serviços para a sociedade.
4. Implementar modelo de gestão orientado por serviços (Plataforma Multisserviços Fiocruz) e cadeia de valor, que fortaleça a integração dos processos, recursos e a efetividade dos resultados institucionais para o atendimento das demandas de saúde.



5. Intensificar a comunicação da Fundação, como fator estratégico para estabelecer um amplo diálogo com diferentes setores da sociedade, buscando o fortalecimento do controle social, da imagem institucional, e da percepção pública sobre a importância da Fiocruz em defesa da ciência e da vida.
6. Avançar na agenda da integridade no serviço público.
7. Promover uma gestão moderna orientada pelas transformações digitais, sublinhando a importância de uma cultura organizacional orientada a dados, que fortaleça a capacidade de análise, tomada de decisão e os efeitos de predição.
8. Buscar modelos alternativos de captação de recursos extraorçamentários para o desenvolvimento das ações institucionais em conformidade com a missão, de modo complementar ao processo de contratualização/orçamentação com o Ministério da Saúde.